

ATA DA 028ª SESSÃO ESPECIAL DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2017 EM
HOMENAGEM AO EX-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC, PROFESSOR LUIZ CARLOS
CANCELLIER DE OLIVO "IN MEMORIAM"
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades que
serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado estadual
Rodrigo Minotto;

Excelentíssimo senhor desembargador Lédio da
Rosa, neste ato representando o excelentíssimo
senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado
de Santa Catarina, Torres Marques;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal
Regional Eleitoral de Santa Catarina,
desembargador Cesar Augusto Ruiz Abreu;

Excelentíssimo senhor procurador
geral do estado de Santa Catarina, João dos
Passos Martins Neto;

Magnífico reitor em exercício da Universidade
Federal de Santa Catarina - UFSC, Rogério Cid
Bastos;

Senhor Júlio Cancellier de Olivo;

Excelentíssimo senhor deputado estadual no
período de 2011 a 2015 e coordenador do
documentário *Em Nome da Inocência: Justiça*,
Jailson Lima;

Excelentíssima senhora ministra de estado, no
ano de 2011 a 2015, Ideli Salvatti;

Excelentíssimo senhor ministro do Trabalho no
período de 2013 a 2015 e presidente estadual do
PDT, Manoel Dias;

Senhor membro do Comitê de Especialistas em
Administração Pública das Nações Unidas - ONCEPA,
Alexandre Navarro Garcia;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, a presente sessão especial foi convocada
por solicitação do senhor deputado Rodrigo Minotto

e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo "*in memoriam*".

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A seguir, teremos a exibição do documentário *Em Nome da Inocência: Justiça*.

(Procede-se a apresentação do vídeo.)

[*Degração: Tayliny da Silva*]

Convido para fazer uso da palavra o senhor deputado Rodrigo Minotto, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Boa noite a todos!

Quero fazer a minha saudação à senhora deputada estadual Ana Paula Lima; ao excelentíssimo desembargador Lédio da Rosa; ao excelentíssimo desembargador Cesar Augusto Ruiz Abreu; ao excelentíssimo senhor procurador-geral do estado de Santa Catarina João dos Passos Martins Neto; ao magnífico reitor em exercício da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Rogério Cid Bastos; ao senhor Júlio Cancellier de Olivo, irmão do homenageado *in memoriam*; ao senhor deputado no período de 2007 a 2011 e de 2011 a 2015, Jailson Lima; à senhora ministra de estado no período de 2011 a 2015, Ideli Salvatti; ao senhor ministro do Trabalho no período de 2013 a 2015 e presidente estadual do PDT, Manoel Dias; ao membro do Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas, senhor Alexandre Navarro Garcia. [*Degração: Taquígrafa Elzamar*]

Quero fazer um agradecimento aos colegas deputados que também foram signatários deste requerimento de sessão especial, deputado Fernando Coruja, deputado Cesar Valduga, deputada Luciane Carminatti e deputado Neodi Saretta.

Meus cumprimentos a todos os familiares, amigos, comunidade acadêmica, estudantes, jornalistas aqui presentes, desembargadores,

servidores, representantes do mundo político, empresarial e de organização da sociedade civil.

(Passa a ler.)

"No contexto das evidências do neo-obscurantismo que tomou conta do país, seja nas artes, nas questões de gênero, de trabalho, de ensino e de religião, no campo popular como um todo, a morte do Reitor Luis Carlos Cancellier de Olivo carrega um simbolismo dramático de renúncia, de insurgência, de rebeldia, de inconformismo, de protesto e de repulsa.

Seu ato extremado simboliza, ao mesmo tempo coragem e medo! Um misto de coragem e dor! Um misto de coragem e força! Um ato de valentia e extrema lucidez, como quem não se curva ao moralismo jacobino dos representantes do aparelho do estado.

É preciso um demorar-se sobre a singularidade do mosaico dos acontecimentos e do teatro da desrazão e do absurdo que culminaram com a morte de Cao à luz da primeira manhã daquela segunda-feira.

A etiqueta antidemocrática colada aos órgãos e instituições do aparelho de Estado - que como ente jurídico e político deveria proteger as pessoas cumprindo sua função para o bem comum - está sendo usada para práticas não ortodoxas, antidemocráticas e repressivas contra o cidadão e expressa uma nova tecnologia de poder e disciplina dos micropoderes que se exerce no cotidiano.

Poder que não é um lugar, nem um objeto. Poder que se exerce e se disputa. Que é enigmático, e, ao mesmo tempo, é visível e invisível! Poder que assume formas periféricas e regionais, sem limites e sem fronteiras e que funciona como uma teia de mecanismos que quando exacerbada rompe com as estruturantes da democracia e do convívio social, porque poder é antes de tudo uma prática e uma relação.

Foi esta rede de poder dos órgãos de controle e justiça que protagonizou um dos acontecimentos mais trágicos em Santa Catarina: a morte do Cancellier.

O Parlamento não pode silenciar, especialmente porque revela violência estrutural instalada nos mecanismos e órgãos de controle e de poder, a partir dos micropoderes e se reproduzem sistematicamente!

O Parlamento não pode silenciar porque esta rede sincronizada desnuda a face mais cruel, de disciplinamento como punição.

O Parlamento não pode silenciar porque este poder revela práticas de abuso de autoridade e do cerceamento das liberdades democráticas.

O Parlamento não pode silenciar porque a dor não é apenas individual! A dor é do social! A dor é do coletivo!

A política de exceção na sociedade pós-moderna é a mais pura expressão da herança disciplinar autoritária da Idade Média (época das trevas, dos abusos e desumanidades) que vem, assustadoramente, contaminando todo o tecido social, praticada notadamente pelos órgãos e mecanismo de controle ante a indiferença da justiça e a complacência da sociedade como exercício de um super poder autoritário indefensável, em confronto ao Estado Democrático de Direito, às conquistas civilizatórias e os avanços sociais e humanos pós 64.

Se como diz Norberto Bobbio 'a democracia é o regime que, dialeticamente, admite o seu contrário', a banalização das liberdades democráticas é inaceitável.

Por isso esta homenagem é tão justa, tão oportuna e tão merecida!

Nosso mais profundo pesar a seus familiares, amigos e comunidade acadêmica. A alma exilada de Cao certamente já encontrou abrigo levada pela brisa leve dos pastios e campos e conduzida, com emoção, pelos amigos cujas sombras lembram um mural de Portinari em exibição divina!"

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima)-
Muito obrigada senhor deputado Rodrigo Minotto.

Gostaria de registrar também a presença dos colegas parlamentares, deputado Neodi Saretta, presidente da comissão de Saúde desta Casa; deputado Dirceu Dresch, líder do PT; deputado Cesar Valduga e deputado Fernando Coruja.

Neste momento, passo a Presidência ao senhor deputado Rodrigo Minotto, que é o proponente desta sessão especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Muito obrigado, senhora presidente!

Convido a senhora deputada Ana Paula Lima para fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito boa noite a todas e a todos!

Cumprimentando o senhor deputado Rodrigo Minotto, proponente dessa sessão, estendo meus cumprimentos a todos os integrantes da mesa, que já foram saudados e nomeados.

O nosso coração está muito apertado, no dia de hoje, tamanho o sofrimento que todos sentimos. Claro que essa Casa gostaria de fazer uma homenagem a esse cidadão, a esse professor, a esse ser humano que ensinou tanta gente, por isso que o nosso coração está um pouco mais pesado ao fazer essa manifestação, nesse momento.

(Passa a ler.)

"A morte do Luiz Carlos Cancellier de Olivo representa a morte do estado democrático de direito e o avanço da onda fascista de ódio e intolerância que tem assombrado o nosso país.

Inconformado com o punitivismo de um estado policialesco, afastado de forma absurda e abusiva, inclusive de comparecer ao campus da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, professora Evangúelia Kotzias, que era a extensão do seu próprio lar, Cancellier optou pela renúncia definitiva, pela forma mais extremada de dizer não ao sistema de injustiça, Júlio Cancellier.

Apreciador dos clássicos, seguiu o exemplo de Aristóteles, que também optou pelo suicídio, em um dos momentos mais emblemáticos e dramáticos da história da Filosofia, como forma de dizer não ao absurdo. Leitor constante, quase um discípulo de Habermas, o professor Cancellier acreditava

generosamente na construção do consenso. Não lhe retiraram o cargo, impediram de exercitar o que sempre defendeu com voz calma e serena, tiraram dele o significado, roubaram-lhe a razão de viver, subtraíram-lhe a fé, a crença na justiça dos homens. [Degravação: Cinthia de Lucca]

Que justiça é essa que primeiro prende e depois investiga? Que justiça é essa que destrói reputações de forma desumana e irresponsável? Palavras dele, expressas em artigo um pouco antes do desfecho: 'A humilhação e o vexame a que fomos submetidos, há uma semana, não têm precedentes na história da instituição'.

Reitor Cancellier, querido Cao, como era conhecido pelos seus amigos e pelos familiares, o seu clamor por um mundo em que a compreensão, onde o respeito à opinião divergente, e a sua crença na força do diálogo, não será em vão. Haveremos de lutar por uma Lei Cancellier, por um dispositivo que investigue e puna o abuso de autoridade que está acontecendo no nosso país. Professor Cancellier, a seu respeito Guimarães Rosa diria que: 'algumas pessoas não morrem, ficam encantadas'.

Nossa solidariedade à família, nesse momento de extrema dor que estamos vivenciando, e a nossa disposição pela retomada da democracia no Brasil."

Muito obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto)- Cumprimos a agradecer também a presença das seguintes autoridades: excelentíssimo desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, senhor João Henrique Blasi; excelentíssima desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, senhora Maria do Rocio Santa Ritta; excelentíssimo senhor desembargador José Carlos Carstens Köhler; excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Jorge Henrique Schaefer Martins; excelentíssimo senhor procurador federal da Advocacia Geral da União, Georgino Melo e Silva; excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, no período de 1990 e também

senador, Casildo Maldaner; excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Infraestrutura, deputado Luiz Fernando Vampiro; magnífico reitor da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARPE, professor Adelcio Machado dos Santos; senhora representante da União Brasileira das Mulheres, deputada Angela Albino; excelentíssimo senhor vice-presidente da Câmara de Vereadores do município de Florianópolis, vereador Tiago Silva; senhor vice-presidente do Partido dos Trabalhadores Estadual, Luciano Boico; senhora conselheira do Conselho Regional de Enfermagem, Evanguelia Kotzias; senhor presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de Santa Catarina, doutor Hélio Rubens Brasil; senhor presidente da Comissão Estadual do Direito Penal da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, doutor Deivid Willian dos Prazeres; senhor coordenador de Gestão Ambiental da Universidade de Santa Catarina, senhor Rogério Portanova; senhora Francine Lima, gerente de Atenção da Saúde, neste ato representando a superintendente do Hospital Universitário; senhora presidente da União Catarinense dos Estudantes, Vitória Davi; senhora Josimari Telino de Lacerda, membro da Escola Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina; senhora Taís Helena Liper, do Coletivo Catarinense de Memória Verdade e Justiça; senhor Murilo Silva, assessor parlamentar, representando o gabinete parlamentar do excelentíssimo senhor deputado estadual Padre Pedro Baldissera; e senhor Moacir Pereira, jornalista.

Neste momento, passo a palavra ao desembargador Lédio da Rosa.

O SR. DESEMBARGADOR LÉDIO DA ROSA - Deputado Rodrigo Minotto, em nome de vossa excelência cumprimento todos que compõem a mesa.

E gostaria de fazer mais duas breves saudações, ao amigo Jailson Lima, e aos amigos Sergio e Graziano, pois, nesse curto espaço de tempo, unimos forças para hoje poder lançar tanto o documentário como o livro, e a todos aqueles que escreveram no livro.

Também gostaria de fazer um cumprimento especial aos meus colegas desembargadores que aqui estão, que representam - nesse momento tão difícil que a magistratura passa pelos abusos que alguns cometem - a parte boa da magistratura, que são os defensores da democracia, do respeito.

(Palmas)

E que, em absoluto, não concordam com o que está acontecendo, lamentavelmente, em nosso país.

Nós estamos, mais uma vez, reunidos para uma homenagem ao Cao. Inexorável, o tempo não para, já estamos chegando há dois meses, 60 dias, portanto, da sua morte. O tempo, que para boa parte da humanidade é um tempo de espera, milhões de pessoas esperam o dia do juízo final, o dia da volta de um Messias, o dia da revolução, esperam, esperam e esperam. Mas há aqueles que lutam pelo tempo de agora, deste momento, que é a forma de nós construirmos a História.

O primeiro tempo da morte do Cao, foi tentar entender e superar esse brutal choque que nos tomou. Afinal, o que aconteceu? O Cao, paradoxalmente, criou, sob meu ponto de vista, uma nova teoria no Direito Penal, porque as instituições penais, na dificuldade de prender crimes do colarinho branco, criou a teoria da riqueza aparente e, com essa teoria, invertia, inverte o ônus da prova. E quem demonstra a riqueza, aparenta riqueza e não comprova a origem dessa riqueza, é punido como criminoso. Cao criou a teoria da pobreza aparente, porque a vida dele, a aparência da vida dele, aquilo que nós poderíamos ver, filmar, gravar, era de uma pessoa que vivia de condições materiais inferiores ao próprio salário que recebia. Tudo não observado neste processo.

E, neste tempo de quase dois meses, ultrapassado o momento de choque, de compreensão do absurdo, de esclarecimento da irracionalidade, começamos a pensar e ver da necessidade que temos de reagir para não permitir que o nosso país ingresse, novamente, em tempos políticos obscuros. Entretanto, parece que neste tempo, exatamente as pessoas responsáveis por esse absurdo estão

tentando resolver as questões com licença médica e com férias, para que tudo fique como está. Lembrando Lampedusa "é preciso que tudo mude para que tudo fique como está."

No dia do Conselho Universitário Fúnebre, o governador do estado, lendo a nota escrita pelo procurador João dos Passos, disse que, a partir daquele momento, era uma nota assinada pelo governo do estado, e na leitura da nota pediu responsabilidade civil, criminal e administrativa para os responsáveis dessa tragédia. Não é de conhecimento público uma atitude do governo do estado nesse sentido. O Cao foi vítima de humilhação e brutalidade dentro de instituições do estado de Santa Catarina, que não recebem ordem da Polícia Federal e da Justiça Federal. Alguém do estado autorizou o ingresso do Cao na penitenciária, contra a lei. *[Degravação: Elisa Padilha]*

Alguém do estado permitiu que ele fosse algemado e acorrentado nas pernas, que fosse vestido como condenado, que fosse introduzido no setor de segurança máxima como criminoso perigoso, quando a lei proíbe que um preso provisório seja colocado junto com os presos comuns. Alguém do estado fez isso. Alguém do estado, em total afronta à Súmula 11, do Supremo Tribunal Federal, que diz que tem que ser apurada a responsabilidade civil, criminal e administrativa de quem descumpra a Súmula, algemou, torturou psicologicamente o Cao. E, até agora, não se sabe se algum procedimento foi feito.

E eu aproveito, srs. deputados, para pedir que esta Casa, que é a Casa do Povo, oficie ao governo perguntando, se for educado, ou exigindo, se não houver uma resposta: por que, até agora, a população não sabe de nada? Por que, até agora, nada foi feito?

(Palmas)

Na esfera federal, obviamente, as questões fogem da competência do estado. Mas vejam, nestes dias, o que está acontecendo com o nosso país. Saiu no Diário Catarinense uma reportagem, eu li, dizendo que quando a Universidade Federal afastou

o corregedor por decisão de uma autoridade interna, o Ministério Público teria ido até a reitora em exercício naquele momento e a ameaçado. Saiu isso no jornal. Olha que paradoxo! Um jornal publica que o Ministério Público a ameaçou. E, inclusive, que se não fosse revista, se ela não modificasse a cassação do corregedor, ela poderia responder por crime de responsabilidade.

Aí eu pergunto: e os superiores hierárquicos? O Conselho Nacional do Ministério Público vê uma notícia dessas, e que membros da corporação estão ameaçando! Estão ameaçando uma reitora? Uma senhora! E fica por isso! Nós estamos naquilo que Hannah Arendt falou, a banalização da violência. A violência já não nos surpreende mais, convivemos com ela. Sai no jornal e ninguém faz nada! E o Ministério Público se acha no direito de ir lá e ameaçar de novo! Se ameaçam na minha sala, eu ponho para rua! Quem são eles para me ameaçar? Eles podem, sim, dentro do devido processo legal, cumprir com as suas obrigações constitucionais. Agora, sair para ameaçar uma reitora! Isso sai no jornal, e não se tem notícia de que os superiores hierárquicos estão pelo menos investigando se é verdade o que o jornal publicou. Porque, se for verdade, isso é crime! Mas fica por isso.

Portanto, parece que o tempo de agora é um tempo de rever o descanso que nós estávamos desde que derrubamos a ditadura, de fazer com que tenhamos bem claro que os fatos que constituem uma ditadura, que constituem um sistema de barbárie, que é o desrespeito ao ser humano, o desrespeito ao Direito, estão soltos no Brasil. E a Lei, que deveria ser para todos, não é exatamente para aqueles que têm que cumpri-la, ou para uma parte daqueles que têm que cumpri-la. Porque, em nome da autoridade que o estado lhes deu, estão impondo: "A Lei sou eu". Fazem o que querem, ofendem quem bem entendem e as consequências que se danem, porque até agora consequência nenhuma aconteceu. Está na hora de exigirmos consequências. Este é o nosso tempo. Não podemos deixá-lo parar.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido o mestre de cerimônias para proceder à entrega da homenagem.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, *in memoriam*.

As informações a seguir sobre o homenageado foram elaboradas pela assessoria do deputado proponente. O professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo nasceu em Tubarão, neste estado. Foi jornalista e professor, graduado em Direito pela UFSC, onde concluiu seu mestrado e doutorado. Foi reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, eleito em 2016. Seu legado ao ensino superior brasileiro e sua contribuição acadêmica é inquestionável, e seu tributo à democracia foi o seu bem mais precioso. Escolheu o mais árduo e trágico caminho para protestar contra o arbítrio, o abuso de autoridade e o cerceamento das liberdades democráticas. Luis Carlos Cancellier de Olivo permanecerá na memória e no coração dos catarinenses, indelevelmente.

Convidamos o excelentíssimo deputado Rodrigo Minotto, juntamente com a senhora deputada Ana Paula Lima e os senhores deputados Neodi Saretta, Fernando Coruja, Dirceu Dresch e Cesar Valduga para fazerem a entrega da homenagem.

Convidamos para receber a homenagem o senhor Júlio Cancellier, neste ato representando o seu irmão, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados e a senhora deputada pela entrega das homenagens. Esta seção está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e durante a semana será reprisada. Acompanhe a programação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido o senhor Júlio Cancellier de Olivo, irmão do homenageado, *in memoriam*, para fazer uso da palavra.

O SR. JÚLIO CANCELLIER DE OLIVO - Boa noite a todos e a todas! Como dizia Cancellier, que fazia sempre questão de que houvesse a valorização de todos e de todas.

E, ao cumprimentar o sr. presidente, a senhora presidenta desta sessão, e o sr. deputado Rodrigo Minotto, autor do requerimento que motivou esta sessão, juntamente com aqueles outros todos, deputados que tiveram essa iniciativa compartilhada. Aliás, compartilhar era outra palavra que Cancellier fazia questão de usar, o compartilhamento de atividades, de responsabilidades. E responsabilidade, foi falado aqui, é outra palavra importantíssima.

Mas, cumprimento também, naturalmente, todas as demais autoridades que estão aqui, aí e em todos os lugares. Isso é um Parlamento, mas hoje é um Parlamento que tem a condução de diversas pessoas. A luta é conduzida, é feita, partilhada por muitas pessoas, e foi o que vimos nestes últimos dias. [*Degravação: Taquígrafa Cristiany*] Muita tristeza, muita dor, muito sofrimento, muita revolta, muita coisa que não deveria e não poderia ter acontecido com uma pessoa justa, uma pessoa que amava aquilo que fazia, uma pessoa que tinha características que somavam um pouco de todos nós, por isso sofremos. O Cao era uma síntese de todos nós. Todos nós temos uma característica e o Cao procurava extrair um pouco de cada um de nós. Ele tanto foi um jornalista, e aí buscava no próprio Moacir muita inspiração, lia todos os livros dele, e um dos livros que ele leu, agora nessa última semana, nos últimos dias, foi justamente a história da Imprensa, muitos ensinamentos. Tantos professores que escreveram, ele lia, gostava muito disso, como o deputado Coruja, que dali da sua mesa com diversos livros. Então, o Cao tinha, teve essa capacidade de extrair um pouco de cada um de vocês, por isso que estamos muito tristes, porque

uma parte de nós foi junto, mesmo que seja pequena.

Mas, o que nos cabe aqui hoje é, em primeiro lugar, expressar a nossa gratidão. Lembram quem falava gratidão? Quem era muito grato? Ele era grato, e somos gratos, a família é muito grata, por esta homenagem do Parlamento catarinense, que traz para esta Casa uma história, um episódio muito marcante na vida do estado de Santa Catarina e do Brasil, como se transformou essa situação.

A gratidão também àqueles que conseguiram produzir, em tão pouco tempo, um livro, um filme, que Cao gostava muito de assistir, ele infelizmente não pode mais assistir filmes, mas nós assistimos por ele e gostamos muito, parabenizamos os idealizadores, os roteiristas, todos aqueles que participaram e contribuíram com seus testemunhos. O livro certamente não será diferente em termos de qualidade.

Além da gratidão, que se estende a todos aqueles que desde o primeiro momento estiveram nas redes sociais, desde o primeiro momento em que houve aquela Missa de Sétimo Dia, e em seguida, onde tive a oportunidade também de pedir que fossem apuradas responsabilidades, queríamos ter a certeza e a convicção de que atos praticados pelo nosso irmão estavam dentro da legalidade. E agora percebemos que, das sete acusações, nenhuma delas resiste à busca da verdade.

Cancellier foi acusado de criar uma Secretaria de Ensino a Distância. Que bom isso, não foi nem ele quem criou, ele recriou. Cancellier foi acusado de ter nomeado pessoas para uma área estratégica e importante, não só para a Universidade de Santa Catarina, mas para a própria Assembleia Legislativa, que através da sua Escola do Legislativo opera muito fortemente nessa questão do ensino a distância. Cancellier então nomeou pessoas da mais alta qualidade para dirigir, todos doutores, especialistas, conhecedores profundos. Cancellier também foi acusado de ter recebido bolsas, durante 10 anos, no valor de R\$ 50 mil para dar aulas. Imaginem que acusação grave, o professor, dando aula, não pode

receber a sua justa remuneração. Em que pé estamos na educação, no Brasil, senhores professores que aqui estão em grande número, não se pode mais dar aula.

Cancellier também participou e contribuiu com projetos de grande relevância no entendimento da sociedade catarinense. Fez isso, muitas das vezes não remunerado, e contribuiu efetivamente para projetos de grande importância para Santa Catarina. E, as demais acusações versaram, sob testemunhos de pessoas, que estaria, ele, Cancellier, tentando obstruir a Justiça, ou melhor dizendo, estaria tentando obstruir a investigação que era feita no âmbito interno, de um divergente, uma pessoa plantada há quatro dias antes da posse do reitor, justamente para fazer aquilo que as pessoas mais abominam, a perseguição. E Cancellier tomou uma atitude, amparado na lei, no sentido de preservar a universidade, abrir a devida sindicância que era necessária, avocando a si e ao âmbito adequado esta investigação que deveria ter sido feita a pedido da CAPES, a quem também foi acusado, e o presidente da CAPES quase foi preso justamente porque tinha a compreensão que era necessário, e que este programa de grande importância para o Brasil, não só para Santa Catarina, tivesse então a sua sequência. Tanto é que uma semana atrás, felizmente, esta decisão foi revertida e a própria CAPES passou a reconhecer, apoiar e financeiramente investir neste programa, que é, repito, de muita importância para Santa Catarina.

Essas são as reflexões que proponho, e ao final desta minha breve e pequena fala, espero que possa servir a vocês, como também que saibam que nós, os familiares, estamos muito gratos a vocês todos, mas queremos fundamentalmente que se apure responsabilidades, responsabilidades por aqueles que levaram Cancellier a tomar aquela atitude.

É isso que esperamos, desejamos e contamos fundamentalmente com o apoio de vocês todos. Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido, o senhor deputado, no período de 2007 a 2011, 2011 a 2015, coordenador do documentário "Em Nome da Inocência", deputado Jailson Lima, para fazer uso da palavra.

O SR. JAILSON LIMA - Boa noite a todos! Quero saudar a mesa, cumprimentando Rodrigo Minotto.

E, durante o período que eu estiver falando, considerando-se o princípio da inocência, e que aqui todos sejamos inocentes, quero pedir para que se sintam dentro dessa roupa, e coloquem essas algemas nas mãos e nos pés.

Eu e o Lédio tínhamos uma convivência com o Cao, a ponto de oito dias antes estarmos preocupados com a situação de saúde dele, uma vez que sou médico e fazia 60 dias que ele tinha passado por uma angioplastia.

E aí assumimos um compromisso de fazer um esforço hercúleo, juntamente com Graziano, e em 30 dias conseguimos botar de pé este livro onde tem artigos de 23 pessoas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia. Diversos juristas, criminalistas, e nós queremos agradecer à equipe que trabalhou de uma forma ardorosa, de manhã à noite, nós dormíamos em média três horas por noite para dar conta.

O Sérgio Giron, o Edike Carneiro, Fernando Carvalho, Luís Peixoto, Rafaela Martins, Lucas Giron, Márcia Caspare, Maria Alice Cardoso, Luigi Cutlu, Mário Henrique Dindi, agradecimentos a TV-UFSC, à Agência de Comunicação da UFSC, ao Estúdio +Dill, ao Cledson Ambrósio Marques, ao Aureo Moraes e ao Gelson Albuquerque, e a trilha sonora do TumDum Multiespaço Criativo.

Então, calorosamente queremos agradecer a todos, e quero pedir até desculpas, muitas vezes, pela insistência para quem me conhece, pelo que fazíamos.

Quero cumprimentar a Justiça do estado de Santa Catarina, cumprimentando o doutor Jorge Henrique Schaefer Martins, e também, em seu nome, cumprimentar todos os que escreveram artigos neste livro que leva o selo da Editora da UFSC e da Editora Insular.

Quero cumprimentar a Justiça brasileira, cumprimentando a juíza Marjôrie Cristina Freiburger, que foi quem soltou os presos, mostrando, para quem não aprendeu, a lucidez de um banco de escola e o que representa a universidade na formação.

E aí quero rapidamente ler, porque, por incrível que pareça, durante a edição do documentário se recebeu ligações e ameaças à equipe que o produziu. Eu quero dizer que o documentário tem produtor e responsável, e a equipe foi contratada para isso.

O Edike recebeu, e está aí a mensagem de um tal de Debona, que diz: "faço parte do fórum de órgãos de controle que organizou a operação, sei que as emoções estão bastante parciais a favor do reitor. Há 20 anos a CGU apontava os mesmos problemas na UFSC, todos sabiam e preferiam se fazer de moucos, hehehe". (Ainda ri.)

"Seria legal ouvir as autoridades para explicarem que no processo não tinha nada de errado, a postura exagerada foi da mídia, e ele estava doente, né? Queria saber se o documentário será para malhar o pau nos órgãos de controle? Estão aproveitando para criticar prisões de colarinho branco? Estamos levantando todas as versões, o documentário fala de exageros?"

Senhor Debona, o senhor tem o salário de R\$24.633,00, segundo o portal de transparência deles. Não tem cinco anos, o reitor recebia menos do que o senhor. Delegada Erika Marena, segundo o portal, R\$28.552,00 de salário, o reitor recebia menos. E o portal da Justiça Federal, cá entre nós, é escandaloso, não segue nem a legislação brasileira, porque não se consegue levantar os dados. Sugiro que copiem o portal de transparência da Assembleia Legislativa.

Então, na realidade, o Cao adoeceu por uma causa explícita, a síndrome dos holofotes, uma "holofotite" para variar, e essa síndrome dos holofotes causou um problema, na morte de um cidadão que há oito dias antes tinha jantado conosco, e que nós sabíamos do estágio da sua vida. Alguém visionário, e aqui quero lançar o

desafio à universidade. Nós acompanhamos, em Brasília, o Cao levando o projeto para transformar a Universidade Federal na primeira universidade solar do Brasil, que este desafio seja cumprido por vocês.

Então, não era apenas um humanista, era um cidadão que tinha visão. E a Universidade Federal, que tem cinco campi, 50 mil alunos, 3.500 servidores técnicos administrativos, 4.500 bolsas de estudo, foi submetida a um escândalo nacional por duas figuras inconsequentes e irresponsáveis, que têm que ser responsabilizadas juridicamente. É inconcebível que uma delegada, que tenha sido colocada na lista tríplice como a primeira pessoa para assumir a Polícia Federal neste país, adote uma postura dessas em Santa Catarina.

É inconcebível que uma juíza tome uma postura dessas e, no dia seguinte, em menos de 30 minutos, todos são liberados. Por isso, a minha solidariedade a todos os familiares dos que foram presos, porque este dano não foi somente ao Cao. O Cao, para nós, deixou de ser um cidadão, virou uma causa, e transformou-se numa causa nacional. Por isso, gostaria de pedir aqui aos nobres deputados desta Casa que, amanhã, apresentem uma moção para que seja aprovada a Lei de Abuso de Autoridade que tão sapientemente o senador Roberto Requião denominou de Lei Cancellier.

O Lúcio Botelho, a Rosilene e o Álvaro Prata tiveram muita sorte, porque se começou em 2006, e em 2006 o reitor era o Lúcio Botelho, depois veio o Álvaro Prata, e depois veio a Rosilene, e prenderam um cidadão que estava há um ano na universidade. Já imaginou se essa síndrome dos holofotes faz uma operação com mil policiais e sai prendendo os outros? Faltou pouco, porque esse pessoal não teve a menor responsabilidade cidadã com o homem que prenderam e que, efetivamente, não suicidou-se, foi suicidado.

Por isso, quero dizer ao Debona que nós não precisamos ouvir ninguém na polícia para fazer este documentário. Aqui estão os autos dos processos, quero deixar aqui, e que fique nesta

Casa para todos os jornalistas, o Moacir amanhã vem aqui e pega.

Também deixar este uniforme aqui, para que simbolize o maior movimento de injustiça desse estado na última década, e espero que a Justiça utilize essas algemas, a quem produziu este ato criminoso. Muito obrigado a vocês!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido o professor Rogério Cid Bastos, que neste ato representa o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, para fazer o uso da palavra.

O SR. ROGÉRIO CID BASTOS - Excelentíssima senhora, deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão; excelentíssimo senhor deputado Rodrigo Minotto, autor da proposta que faz acontecer esta sessão, assim como os demais signatários; demais membros da mesa, senhores deputados e autoridades, colegas universitários.

Estava pensando no que eu poderia dizer neste momento, e me ocorreu uma história relacionada com Carlos Magno, no ano 720. Existe uma lenda que na época de Carlos Magno existia um tribunal denominado Tribunal da Santa Vehme, este tribunal se reunia à noite e, no dia seguinte, afixava na parede do condenado uma espada e um punhal, e era isso que bastava para matá-lo.

Essa história me deixa triste porque, passado menos de dois meses do ocorrido, a própria CAPES vem, não à Universidade Federal de Santa Catarina, mas ela vem a uma audiência de conciliação e apresenta um relatório, e neste relatório ela diz que há indícios de irregularidades administrativas, e por causa disso nós perdemos um reitor, por causa disso nossa universidade sofreu nacional e internacionalmente. Esforços de cinco décadas para transformar esta universidade de Santa Catarina na quarta maior universidade do país são dilacerados por franco-juizes que se reúnem na madrugada, julgam e dão a sentença.

Sinceramente, preferia estar aqui falando da vergonha que é este país ter apenas 14% dos jovens

de 17 a 24 anos no ensino superior, preferia estar aqui reclamando do corte de verbas que é feito para as universidades e para os institutos de pesquisa, do que estar lamentando um ato arbitrário. Gostaria de estar aqui falando de coisas boas, como nosso ônibus movido à energia solar, do que ver colegas que ainda estão banidos da nossa universidade. [Degravação: Iago Zilli]

Porque não há nem inquérito à investigação, e tenho dois colegas, aqui, os professores Eduardo Lobo e o Luiz Dalmau, que não podem entrar na nossa universidade.

Eu preferia estar falando da excelência que é a nossa Pós-graduação, do que ter que dizer que, apesar de tudo que sofremos, ainda tem imprensa que quer se valer do sofrimento da universidade para se promover, falando bobagem, falando coisas que não conhecem, falando algo que só pode ter um interesse, que a autopromoção. Parece que essa imprensa não reconheceu ainda qual é o verdadeiro valor dela.

A Universidade de Santa Catarina vai superar, com toda certeza, o abuso, o arbítrio, a humilhação a que foi submetida, consubstanciada na figura do seu reitor, mas sofrida por toda a comunidade acadêmica. Nós saberemos dar a resposta, e continuaremos honrando este Estado. O Cancellier era um homem do diálogo, esta Casa é a Casa do diálogo.

Em nome da Universidade Federal de Santa Catarina, eu agradeço a homenagem prestada ao nosso reitor.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido para fazer uso da palavra, a senhora Ideli Salvatti, ministra de Estado da República Federativa do Brasil, de 2011 a 2015.

A SRA. IDELI SALVATTI - Inicialmente, gostaria de saudar, além de todas as autoridades presentes à mesa e a esta sessão, de forma muito especial os familiares e amigos do nosso querido reitor

Cancellier, e prestar toda a minha solidariedade a eles.

Vou reproduzir o que falei no Senado, porque não tenho nada a acrescentar, o sentimento de indignação continua o mesmo.

No dia dois de outubro último, uma segunda-feira, às 10h30, num shopping na área central de Florianópolis, um corpo cai, uma vida se joga, está lá o corpo estendido no chão.

A morte deliberadamente ostensiva do nosso querido Cao ecoa como um grito angustiado: Vocês tem o poder, mas vocês não tem o direito! Vocês têm o poder, mas não tem o direito! A sociedade concede poder às pessoas e às instituições para investigar, para julgar, para punir e inclusive até para matar. Mas este poder não é absoluto, este poder tem que seguir regras, tem que cumprir as leis, tem que respeitar o Direito.

E este corpo que caiu, esta vida que se jogou, continua ecoando: Vocês têm o poder, mas vocês não têm o direito! Não! Vocês não têm o direito de prender provisoriamente por qualquer motivo banal.

Vocês não têm o direito de submeter o preso a procedimentos vexatórios, intimidatórios que se assemelham à tortura, vocês não têm o direito de prender, na área de segurança máxima, alguém que sequer foi acusado de um crime mínimo. Vocês não têm direito de conduzir coercitivamente quem sequer havia sido intimado.

E este corpo que cai, esta vida que se joga, continua ecoando! Vocês têm o poder, mas vocês não têm o direito! Não têm o direito de vaziar para a imprensa informações sigilosas dos processos. Vocês não têm o direito, a cada operação de busca, de condução, de prisão, de avisar antecipadamente a imprensa para que, junto com os canos das armas dos policiais, estejam apontados também os canos das câmeras, muitas vezes mais mortais.

O querido Cao é um exemplo, infelizmente morto, da crueldade desse conluio de agentes do estado com a imprensa sensacionalista, seja a regional ou a imprensa global.

Aliás, a imprensa, rádio e TV que são concessões públicas, também não têm o direito de

promover esses verdadeiros linchamentos midiáticos, esta condenação antecipada e irreparável, sem direito à defesa, este verdadeiro conluio para o aniquilamento de reputações, de vidas, feito de forma seletiva e ideológica.

E este corpo que cai, esta vida que se joga, continua ecoando: Vocês têm o poder, mas vocês não têm o direito. Vocês não têm o direito de manter em prisão provisória alguém durante meses, durante anos, numa antecipação da pena antes da condenação. Vocês não têm o direito de manter preso provisoriamente alguém até ele delatar o que vocês querem ou necessitam ouvir.

Vocês não têm o direito de exigir que a pessoa prove que é inocente. Vocês é que têm que provar que ela é culpada, a presunção de inocência ainda está na nossa Constituição. Vocês não têm o direito de condenar sem provas, porque a literatura jurídica permite, como disse uma ministra do Supremo Tribunal Federal. Vocês não têm o direito de condenar sem provas, porque têm convicções, como assistimos em *Powerpoints*. Vocês não têm o direito de condenar por domínio do fato, sem que fatos e feitos comprovem a culpa.

E é deste corpo caído do nosso querido Cao, do reitor da nossa tão querida Universidade Federal de Santa Catarina, que ecoa o grito por justiça, e por respeito ao estado de direito para todos, para brancos e pretos, para homens e mulheres, para ricos e pobres.

E este corpo caído, esta vida que se joga, exige que milhares, milhões de corpos se levantem, que a vida se erga para barrar o estado de exceção, que se erga contra o avanço do fascismo e do autoritarismo, que se erga pelo estado de direito. O Cao vai continuar presente, hoje e sempre!

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido para fazer uso da palavra, o senhor Alexandre Navarro Garcia, membro do Comitê de

Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas - Uncepa.

O SR. ALEXANDRE NAVARRO GARCIA - Cumprimento o deputado Rodrigo Minotto, autor da proposição da homenagem em memória ao reitor Luiz Cancellier de Olivo, pessoa que conheci recentemente. Em nome do deputado, cumprimento a todos os demais presentes, familiares.

Júlio Cancellier, eu conheci seu irmão, nós trabalhamos juntos em Ciência e Tecnologia, uma pessoa que admiro, e por coincidência da vida, a minha relação com Santa Catarina não é muito grande, mas tenho uma amizade antiga, fraterna, irmã, com o professor Gelson Luiz de Albuquerque. Estive aqui em 2003, no lançamento do Projeto Sapiens Park. Eu na Finep, lançamos inicialmente, a partir de uma rubrica de capital semente, o projeto do Sapiens Park. *[Degravação: Ana Maria]*

Hoje, o Sapiens Park é um dos grandes projetos, um grande parque tecnológico do nosso país. Se um dia chegarmos, senhoras e senhores, a substituir a venda externa de 21 mil toneladas de minério de ferro, que precisamos fazer para comprar uma tonelada, apenas, de semicondutor, o Sapiens Park, a UFSC serão importantes nisso. A UFSC, que é a primeira entidade, universidade no *ranking* de projetos aprovados, dr. Gelson, na Finep, que mais aprova projetos de inovação tecnológica, em disrupção tecnológica e inovação nesse país. Magoa-me, chateia-me ver no nome do Cao, do reitor, maculada uma pessoa, uma família, uma vida e maculada uma universidade.

Eu estive em 2003 aqui, e em 2006, na organização e na elaboração da reunião da SBPC, lá na UFSC. Uma atividade maravilhosa, que contou com reitores e professores que discutiram um novo país, mais igual e justo, em que a justiça não seja exagerada, que conheça as pessoas, que pergunte às pessoas quais são os limites e para onde decidir, desembargador. Os sinônimos externos de pobreza de várias pessoas que eu conheci, são apenados e jogados na imprensa, como aquilo que vimos aqui no vídeo, dizendo por uma suspeita, um indício de obstrução de justiça, e colocam essa

roupa na pessoa, algemam e desnudam a pessoa. Há que se ter muita resiliência, ou muita coragem, ou talvez sangue de barata para aguentar uma exposição desse tamanho.

Estive, novamente, em 2008, para lançar na Universidade Federal de Santa Catarina o projeto de um centro de tecnologia da informação disruptiva de desenvolvimento, que hoje até funciona lá. Esses momentos para mim foram muito gratificantes, de estar aqui no estado de Santa Catarina e com vocês. E eu falei, aqui é um estado, é uma universidade, de pessoas que dignificam e que dão prazer de estar. E, hoje, volto, aqui, nesse 21 de novembro de 2017, num momento que, certamente, não é tão saudável para a sociedade brasileira, e para mim, particularmente, que sofri, mesmo com pouco tempo de relacionamento. Na última reunião do Comitê de Especialistas de Administração Pública das Nações Unidas, o Departamento das Nações Unidas, que eu acompanho há 11 anos, convidei o professor Gelson para me acompanhar, pois já havia ido em outras reuniões, assim como convidei deputados, professores, servidores públicos, pois a discussão era eminentemente sobre a administração pública, como deixá-la mais transparente, mais capacitada, como discutir processo de *accountability*, de transparência e melhorar a administração pública brasileira. E o Gelson me falou que o reitor tinha um projeto, pois havia tomado posse recentemente, de disseminação do conhecimento, e fazer intercâmbios e parcerias com universidades outras do mundo. E chamei o reitor para ir junto também. Enviei imediatamente o convite, pois pedi o convite para as Nações Unidas e, lá, o reitor esteve conosco.

Senhoras e senhores, a pessoa que apresentaram ali na televisão, algemada, que botaram aquela roupa ali, não é a pessoa que eu conheci. Sinais externos de pobreza, desembargador! Ele era uma pessoa despojada, simples, impregnada de tirar o máximo possível das reuniões e criar. Esteve em Columbia, abriu oportunidades, e eu mesmo, particularmente, estava discutindo com os outros

institutos que conheço, ou seja, fora do país, ou fundação, estudar outros, para se fazer essa ampliação dos convênios, do intercâmbio da universidade com entidades de outro país.

Nós nos reunimos, trouxe um amigo meu, Guido Bertucci, que é o fundador e criador do comitê em Nova York, para abrir, do conhecimento dele, outras atividades, com a universidade. E o reitor Cao, todo tempo, impregnado naquilo, uma pessoa com a cabeça simplesmente voltada para construir uma nova universidade, independentemente do que tenha visto atrás, de uma pessoa que você não vê nada que possa... Quando eu vi aquelas notícias, ou a morte, fiquei extremamente abalado. Botar uma pessoa, não sei, acho que elencaram, talvez sejam, vamos pegar aquela pessoa ali e vamos execrá-lo socialmente. Vamos marcá-lo, vamos colocá-lo para que ninguém que olhar a pessoa não tenha a coragem de olhar nos olhos dos outros. Vamos marcá-lo eternamente. Um reitor!

Os nossos reitores, os nossos doutores, vêm da década de 60, o Brasil um atrasado. É um atraso grande disso. Os nossos primeiros doutores vêm da década de 60. Você expõe um doutor por obstrução de justiça! Obstrução de justiça de processos anteriores, deputado. E, simplesmente, você execra a pessoa. Eu nesse dia aqui, como os anteriores, não é nada agradável. Acho, até porque fui exposto a isso também, que a família, a universidade, todo mundo, é uma coisa do estado; a universidade é emblemática no estado, a Câmara é importante nisso, tem que processar essas pessoas. As pessoas que comigo acusaram, a minha esposa ligando para perguntar se eu estava vendo o que está acontecendo na televisão, me execrando, uma televisão só no país todo, me execrando. Ela estava desesperada, chorando. Eu não estou nem vendo o que está acontecendo na televisão, mas isso foi um, dois, três dias, apenas uma televisão. Porque foi retirado um erro que estava cometendo. E o que é que eu fiz? Não foi um processo, não foram dois processos. Foram 24 processos contra essas pessoas e, hoje, estão apenas criminalmente e civilmente. Eu acho,

tenho a certeza, aliás, já havia falado para outras pessoas que passaram por isso. E, hoje, você passa facilmente, ministra, quem esteve, quem assina papel, tem R\$ 10,00 ou R\$ 50,00 ou R\$ 500 milhões, já assinei valores desse tamanho; quem assina papel, quem decide na administração pública, hoje, corre o risco de, a qualquer momento, ser elencado, ser apontado, ser atingido por uma situação dessas.

Nós temos, e é importante essa atitude deputado, que equilibrar isso, você ter aquilo que os gringos falavam anteriormente de *checks and balances* de freio quando está preso. Você tem que ter alguém que puxe do outro lado. Não pode ser só um lado que decide a vida das pessoas, que matam uma pessoa, alguns sobrevivem, outros não.

Eu coloco e deixo, aqui, o meu sofrimento, Júlio, seu irmão, Accioly, o filho, nessa dor. O reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo foi assassinado.

Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Convido, neste momento, o senhor Procurador-geral do estado de Santa Catarina, doutor João dos Passos Martins Neto para fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO PASSOS MARTINS NETO - Deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão; deputado Rodrigo Minotto, autor do requerimento; demais componentes da ilustre mesa, deputados, desembargadores, servidores, senhoras e senhores.

O poder sem controle, sem limites, é a pior das maldições e, nas democracias contemporâneas, controlar e limitar o poder é a função primária da Constituição. O controle e a limitação do poder são o que a Constituição realiza através da Declaração de Direitos e Liberdades Individuais, cujo reconhecimento pelo legislador e cuja proteção pelo Poder Judiciário são condições de uma sociedade política sadia, livre da tirania, da opressão. [*Degravação: Taquígrafa Sílvia*]

Os direitos são pressupostos da vida digna e do bom governo. E, em nossa ordem constitucional,

eles refletem os preceitos de justiça do sistema de valores que se encontra materializado e sintetizado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

Em teoria e filosofia do Direito, há uma controvérsia quanto à fonte dos direitos. Os direitos vêm de Deus, os direitos vêm da natureza, os direitos vêm da autoridade estatal? Não, nada disso! Os direitos são produtos da experiência humana com a injustiça, com os terríveis horrores das Cruzadas, da Inquisição, da escravidão, do Holocausto, das deportações, dos genocídios, do terrorismo, do *Apartheid*, também das prisões arbitrárias e ilegais.

O professor Allan Moscovich, da Universidade de Harvard, pontuou: os direitos vêm dos erros, eles são respostas da História a um passado sombrio, são defesas da civilização contra a repetição de práticas abomináveis.

Nós reconhecemos e protegemos direitos, porque não queremos que as injustiças voltem a acontecer. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando justifica-se a si mesma, nos seus preâmbulos diz que ela surge em decorrência "dos atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade".

Os direitos do homem resultam de um longo processo de afirmação histórica e, segundo o professor Comparato, eles compõem a parte mais bela e importante de toda a História. A História que nos conduz à verdade mais pura, a de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes do mundo capazes de amar, descobrir a verdade a criar a beleza.

A tragédia do nosso Cao, foi a tragédia de um homem bom, muito simples, que eu conheci muito de perto. Dotado de uma alma generosa, que se tornou reitor e que amava a nossa universidade. Um homem para o qual, tristemente, desafortunadamente, os direitos, parece que foram apenas uma doce ilusão, porque, no caso dele, a injustiça, a iniquidade, a prepotência é que prevaleceram. Que a injustiça

cometida contra ele não fique impune, mas que ela sirva, porém, para iluminar os direitos, para dizer da grandeza dos direitos, como um instrumento de libertação do homem da opressão.

Descanse em paz, meu bom amigo Cancellier!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rodrigo Minotto) - Quero fazer o registro da solicitação de aula pública em Defesa dos Fundamentos do Estado Democrático de Direito e da Autonomia Universitária, no dia 27 de novembro, às 14h, no auditório da UFSC, no bairro Trindade, tendo como oradores o senador Roberto Requião, Patrus Ananias, Lédio Rosa de Andrade, João dos Passos Martins Neto, Padre Vilson Groh, e o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça.

Também solicito que isso fique registrado nos Anais desta Casa e desta sessão, esse Manifesto em Defesa do Estado Democrático de Direito e da Autonomia Universitária Floripa Contra o Estado de Exceção. Gostaria de deixar este registro.

Quero, aqui, fazer o agradecimento a todos os presentes e a todos que nos acompanham pela TVAL. Um agradecimento especial a nossa equipe do gabinete, que fez todo o esforço necessário para que pudéssemos fazer esta brilhante sessão no dia de hoje. Agradecemos a colaboração dos servidores desta Casa Legislativa,

Esta Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honram com o seu comparecimento nesta noite, convidando-os, logo após o encerramento desta sessão, para o lançamento do livro *Em Nome da Inocência: Justiça*, de autoria dos senhores Jailson Lima, Lédio Rosa de Andrade e Sérgio Graziano, no *hall* deste Poder Legislativo.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca outra, ordinária, para o dia

subsequente, à hora regimental. [Degravação e
Revisão Final: Taquígrafa Sara]